

Anais da Assembléia

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, 4 DE ABRIL DE 1973

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

COMISSÕES PERMANENTES

3.a SESSÃO LEGISLATIVA DA 7.a LEGISLATURA

COMISSÃO EXECUTIVA

PRESIDENTE — João Mansur
1.º VICE-PRESIDENTE — Santos Lima
2.º VICE-PRESIDENTE — Odilon Reihardt
1.º SECRETÁRIO — Jorge Sato
2.º SECRETÁRIO — Muggiati Filho (M.D.B.)
3.º SECRETÁRIO — David Federmann
4.º SECRETÁRIO — Hélio Manfrinato (M.D.B.)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

TITULARES

PRESIDENTE — Antonio Costa
VICE-PRESIDENTE — Nelson Buffara (M.D.B.)
Ivo Thomazoni — Ovidio Franzoni — Antonio Lopes Jr. — Erondy Silvério
— Quielse Crisostomo — Igo Losso — Wilson Fortes — Paulo Camargo
— Sebastião Rodrigues Júnior (M.D.B.).

SUPLENTE

Gilberto Carvalho — Arthur de Souza — Borsari Neto — Fuad Nacli —
Xenofonte Villanueva — Francisco Escorsin — Fabiano Braga Côrtes —
Basilio Zanusso — Marciano Baraniuk — Iris M. Caldart (M.D.B.)
SECRETÁRIO — Rita Celestino Soares
REUNIÕES — As quartas-feiras

COMISSÃO DE ORÇAMENTO

TITULARES

PRESIDENTE — Ovidio Franzoni
VICE-PRESIDENTE — Nelson Buffara (M.D.B.)
Fuad Nacli — Fabiano Braga Côrtes — Borsari Neto — Erondy Silvério —
Francisco Escorsin

SUPLENTE

Xenofonte Villanueva — Antonio Maciel — Basílio Zanusso — Marciano Ba-
raniuk — Igo Losso — Antonio Costa — Antonio Belinati (M.D.B.)
SECRETÁRIO — Elcy Silva Batista
REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria

COMISSÃO DE AGRICULTURA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO

TITULARES

PRESIDENTE — Antonio Maciel
VICE-PRESIDENTE — Domicio Scaramella (M.D.B.)
Lázaro Dumont — Basílio Zanusso — Arizone Araújo

SUPLENTE

Fuad Nacli — Borsari Neto — Ovidio Franzoni — Francisco Escorsin —
Iris M. Caldart (M.D.B.)
SECRETÁRIO — Ney Rodrigues
REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria

COMISSÃO DE INSTRUÇÃO PÚBLICA

TITULARES

PRESIDENTE — Antonio Lopes Jr.
VICE-PRESIDENTE — Alvaro Dias (M.D.B.)
Olavo Ferreira — Antonio Maciel — Rosário Pitelli

SUPLENTE

Gabriel Manoel — Paulo Poli — João Fadel — Ivo Thomazoni — Sebas-
tião Rodrigues Júnior (M.D.B.)
SECRETÁRIO — Maria Aparecida R. G. Amaral
REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria

COMISSÃO DE TERRAS, IMIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO

TITULARES

PRESIDENTE — Domicio Scaramella (M.D.B.)
VICE-PRESIDENTE — Gabriel Manoel
Marciano Baraniuk — Iris M. Caldart (M.D.B.) — Alvaro Dias (M.D.B.)

SUPLENTE

Antonio Lopes Jr. — Ovidio Franzoni — Mauricio Fruet (M.D.B.) — An-
tonio Belinati (M.D.B.) — Nelson Buffara (M.D.B.)
SECRETÁRIO — Agildes de Oliveira Martins
REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria

COMISSÃO DE SAÚDE PÚBLICA

TITULARES

PRESIDENTE — Arizone Araújo
VICE-PRESIDENTE — Domicio Scaramella (M.D.B.)
Wilson Brandão — Xenofonte Villanueva — Ovidio Franzoni

SUPLENTE

Marciano Baraniuk — Antonio Costa — Basílio Zanusso — Aguinaldo P. Lima — Mauricio Fruet (M.D.B.)
SECRETÁRIO — Elza Carneiro Camargo
REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria

COMISSÃO DE TURISMO

TITULARES

PRESIDENTE — Xenofonte Villanueva
VICE-PRESIDENTE — Mauricio Fruet (M.D.B.)
Paulo Poli — Marciano Baraniuk — Wilson Brandão

SUPLENTE

Lázaro Dumont — Francisco Escorsin — Borsari Neto — Wilson Fortes
— Sebastião Rodrigues Júnior (M.D.B.)
SECRETÁRIO — Maria Stella do Amaral Gurgel
REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria

COMISSÃO DE FINANÇAS

TITULARES

PRESIDENTE — Quielse Crisostomo
VICE-PRESIDENTE — Alvaro Dias (M.D.B.)
João Fadel — Fabiano Braga Côrtes — Fuad Nacli — Francisco Escorsin
— Gilberto Carvalho

SUPLENTE

Paulo Poli — Antonio Maciel — Wilson Fortes — Aguinaldo P. Lima —
Rosário Pitelli — Antonio Lopes Jr. — Sebastião R. Júnior (M.D.B.)
SECRETÁRIO — Terezinha Barbosa Moura e Claro
REUNIÕES — As terças-feiras

COMISSÃO DE POLÍCIA

TITULARES

PRESIDENTE — Antonio Belinati (M.D.B.)
VICE-PRESIDENTE — Arthur de Souza
Antonio Costa — Marciano Baraniuk — Nelson Buffara (M.D.B.)

SUPLENTE

Paulo Poli — Ivo Thomazoni — Basílio Zanusso — Mauricio Fruet (M.D.B.)
— Sebastião Rodrigues Júnior (M.D.B.)
SECRETÁRIO — Lóris Cordeiro de Barros
REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria

COMISSÃO DE REDAÇÃO

TITULARES

PRESIDENTE — Gilberto Carvalho
VICE-PRESIDENTE — Iris M. Caldart (M.D.B.)
Gabriel Manoel — Igo Losso — Basílio Zanusso

SUPLENTE

Xenofonte Villanueva — João Fadel — Lázaro Dumont — Antonio Lopes Jr.
— Alvaro Dias (M.D.B.)
SECRETÁRIO — Lélío Guimarães Sotto-Maior
REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria

COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS

TITULARES

PRESIDENTE — Paulo Poli
VICE-PRESIDENTE — Antonio Belinati (M.D.B.)
João Fadel — Arthur de Souza — Aguinaldo P. Lima

SUPLENTE

Gilberto Carvalho — Fabiano Braga Côrtes — Antonio Maciel — Quiel-
se Crisostomo — Domicio Scaramella (M.D.B.)
SECRETÁRIO — José Tavares Canto Filho
REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

TITULARES

PRESIDENTE — Borsari Neto
VICE-PRESIDENTE — Antonio Belinati (M.D.B.)
Aguinaldo P. Lima — Lázaro Dumont — Arthur de Souza

SUPLENTE

Antonio Maciel — Arizone Araújo — Wilson Brandão — Wilson Fortes —
Domicio Scaramella (M.D.B.)
Divisão das Comissões, em 23 de março de 1973

3.ª Sessão Legislativa da 7.ª Legislatura
Ata da 35.ª Sessão (Extraordinária)
Realizada em 4 de Abril de 1973

(Quarta-Feira)

Presidência do Sr. Deputado Santos Lima, secretariada pelos Srs. Deputados Domicio Scaramella e Rosário Pitelli.

As 14,00 horas é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Santos Lima — Odilon Reinhardt — Jorge Sato — Muggiati Filho — David Federmann — Hélio Manfrinato — Aguinaldo Pereira Lima — Álvaro Dias — Antônio Belinati — Antônio Costa — Antônio Lopes Júnior — Antônio Maciel — Arizone Araújo — Armando Queiroz — Arthur de Souza — Basílio Zanusso — Borsari Neto — Cândido Martins de Oliveira — Domicio Scaramella — Erondy Silvério — Fabiano Braga Côrtes — Francisco Escorsin — Fuad Nacii — Gabriel Manoel — Gilberto Carvalho — Igo Losso — Iris Caldart — Ivo Tomazoni — João Fadel — Lázaro Dumont — Leopoldo Jacomel — Luiz Roberto Soares — Marciano Baraniuk — Mauricio Fruet — Nelson Buffara — Olavo Ferreira — Ovidio Franzoni — Paulo Camargo — Paulo Poli — Quielse Crisóstomo — Rosário Pitelli — Sebastião Rodrigues Júnior e Xenofonte Villanueva. (43); achando-se ausentes os Srs. Deputados: João Mansur — Emílio Carazzai — Wilson Brandão e Wilson Fortes. (4).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a Sessão Extraordinária, destinada à apreciação de Vetos governamentais.

O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da Ata da Sessão Extraordinária anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. PRESIDENTE — Não há Expediente a ser lido.
Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 43 Srs. Deputados.

Em discussão as seguintes Proposições:

DISCUSSÃO ÚNICA — da Proposição n.º 177-72, Veto aposto ao Projeto de Lei n.º 127-70, de autoria do Dep. Ovidio Franzoni, que autoriza o Poder Executivo criar uma Inspeção Regional de Ensino, com sede na cidade de Rondon e Jurisdição nos Municípios de cidade Gaúcha, Guaporema, Tapira e Nova Olímpia. Relatório da C.C.J., considerando o Veto em condições de ser apreciado pelo Plenário. Encerrada a discussão. Em votação. Rejeitado o Projeto, mantido o Veto.

DISCUSSÃO ÚNICA — da Proposição n.º 178-72, Veto aposto ao Projeto de Lei n.º 152-70, de autoria do Dep. José Alencar Furtado, que autoriza o Poder Executivo criar na cidade de Paranavai, uma Escola Técnica, sob regime de fundação e dá outras providências. Relatório da C.C.J., considerando o Veto em condições de ser apreciado pelo Plenário. Encerrada a discussão. Em votação. Rejeitado o Projeto, mantido o Veto.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão Extraordinária, marcando outra para amanhã, dia 5, quinta-feira, às 14,00 horas, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

DISCUSSÃO ÚNICA — das Proposições n.ºs 179-72 e 180-72.
Levanta-se a Sessão.

3.ª Sessão Legislativa da 7.ª Legislatura
Ata da 36.ª Sessão Ordinária
Realizada em 4 de Abril de 1973

(Quarta-Feira)

Presidência do Sr. Deputado Odilon Reinhardt, secretariada pelos Srs. Deputados Rosário Pitelli e Iris Caldart.

A Hora Regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Santos Lima — Odilon Reinhardt — Jorge Sato — Muggiati Filho — David Federmann — Hélio Manfrinato — Aguinaldo Pereira Lima — Álvaro Dias — Antônio Belinati — Antônio Costa — Antônio Lopes Júnior — Antônio Maciel — Arizone Araújo — Armando Queiroz — Arthur de Souza — Basílio Zanusso — Borsari Neto — Cândido Martins de Oliveira — Domicio Scaramella — Erondy Silvério — Fabiano Braga Côrtes — Francisco Escorsin — Fuad Nacii — Gabriel Manoel — Gilberto Carvalho — Igo Losso — Iris Caldart — Ivo Tomazoni — João Fadel — Lázaro Dumont — Leopoldo Jacomel — Luiz Roberto Soares — Marciano Baraniuk — Mauricio Fruet — Nelson Buffara — Ovidio Franzoni — Olavo Ferreira — Paulo Camargo — Paulo Poli — Quielse Crisóstomo — Rosário Pitelli — Sebastião Rodrigues Júnior e Xenofonte Villanueva. (43); achando-se ausentes os Srs. Deputados João Mansur, Emílio Carazzai, Wilson Brandão e Wilson Fortes. (4).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a Sessão.

O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da Ata da Sessão Extraordinária anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

EMENDAS:

EMENDA N.º 3

Emenda n.º 3 — Ao Projeto de Lei n.º 100-72

Altere-se a redação do artigo 49, inciso II, parágrafo 1.º, para: "aprovação ou rejeição do parecer prévio sobre as contas do Prefeito e da Mesa da Câmara, proferido pelo Tribunal de Contas do Estado". Sala das Sessões, em 4 de abril de 1973.
(a) Armando Queiroz

EMENDA N.º 4

Emenda n.º 4 — Ao Projeto de Lei n.º 100-72

Altere-se a redação do inciso VII do artigo, 35 para: "Requisitar, à conta de dotações da Câmara, para serem processadas e pagas pelo Executivo, as suas despesas orçamentárias." Sala das Sessões, em 4 de abril de 1973.

(a) Armando Queiroz

EMENDA N.º 5

Emenda n.º 5 — Ao Projeto de Lei n.º 100-72

"Suprima-se o inciso XXI do artigo 75". Curitiba, 4 de abril de 1973.

(a) Armando Queiroz

EMENDA N.º 6

Emenda n.º 6 — ao Projeto de Lei n.º 100-72

"Suprima-se o item 1, parágrafo 2.º, do artigo 63". Sala das Sessões, em 4 de abril de 1973

(a) Armando Queiroz

EMENDA N.º 7

Emenda n.º 7 — ao Projeto de Lei n.º 100-72

Suprimam-se os incisos: II, III, IV e V do artigo 34. Sala das Sessões, em 4 de abril de 1973.

(a) Armando Queiroz

EMENDA N.º 8

Emenda n.º 8 — ao Projeto de Lei n.º 100-72

Altere-se a redação do parágrafo 1.º do artigo 142 para: "A intervenção será decretada pelo Governador, de ofício ou mediante provocação de dois terços (2/3), no mínimo, dos membros da Câmara Municipal, ou do Tribunal de Contas do Estado, e a sua execução dependerá de prévia aprovação da Assembléia Legislativa". Sala das Sessões, em 4 de abril de 1973.

(a) Armando Queiroz

EMENDA N.º 9

Emenda n.º 9 — ao Projeto de Lei n.º 100-72

Altere-se a redação do inciso III do artigo 45, para: "rejeição do parecer prévio do Tribunal de Contas do Estado, sobre as contas que o Prefeito deve prestar anualmente". Sala das Sessões, em 4 de abril de 1973.

(a) Armando Queiroz

REQUERIMENTOS:

— de autoria do Senhor Deputado Ivo Thomazoni, solicitando Regime de Urgência para as Mensagens Governamentais n.ºs 21-73 e 22-73 transformados em projetos de Lei n.ºs 24-73 e 37-73 respectivamente.

Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que ao final assina, no uso de suas atribuições e na forma regimental, requer a inserção na Ata dos trabalhos de hoje, de um voto de profundo pesar pelo falecimento do Senhor Maximiliano Tiemann, ocorrido nesta Capital, no dia de ontem.

O extinto era tronco de tradicional família paranaense e gozava de grande conceito na sociedade curitibana, tendo, por isso, repercutido intensamente o seu desaparecimento.

Requer, outrossim, uma vez aprovado o presente requerimento, dele se dê ciência à ilustre família enlutada, a Rua Visconde do Rio Branco, 1308.

Sala das Sessões, em 4 de abril de 1973.

(a) Erondy Silvério

Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, e no uso de suas atribuições regimentais, requer após ouvido o Plenário, um voto de profundo pesar pelo falecimento do casal Slawonir Felix Werpachowski e sua esposa Ana Kobylanski, ocorrido ontem na cidade de Guaraniaguá.

Outrossim, solicita ainda da decisão da Casa dê-se ciência à família enlutada a rua Curupaitis, 960 — Santa Quitéria.

Sala das Sessões, em 4 de abril de 1973.

(a) Cândido Martins de Oliveira

Requerimento

Senhor Presidente:

Amparado nas disposições do Regimento Interno, o Deputado infra-firmado requer a inserção em Ata dos trabalhos desta Casa um voto de profundo pesar pelo tragico desaparecimento do sr. SLAWONIR FELIX WERPACHOWSKI e sua esposa d.ª ANA KOBYLANSKI, em acidente de trânsito na estrada que demanda Foz do Iguaçu, em data de tres do mes andante.

Os desaparecidos eram membros de ilustres famílias de nossa cidade e eie distinguui-se nas atividades sociais em clubes da Capital e nos movimentos culturais. Pesquisador da colonização polonesa nas terras de Santa Catarina, publicou inúmeros trabalhos pela imprensa nacional e nos periódicos da Polônia.

Com o desaparecimento deste ilustre cidadão perde a cultura um de seus esteios e a sociedade curitibana um pai de família, estremo e amigo de todas as causas boas e nobres.

O infra-firmado solicita outrossim, que da decisão desta Casa, seja dada ciência à família enlutada, Rua Curupaitis, 960, Santa Quitéria, nesta Capital.

Sala das Sessões, em 4 de abril de 1973.

(a) Ivo Tomazoni

Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, ouvido o Plenário, seja consignada na Ata dos trabalhos desta Casa, voto de pesar pelo falecimento, nesta Capital, do Sr. Edgard de Alencar Guimarães, membro de tradicional família paranaense e ex-presidente do Joquei Club do Paraná e da Sociedade Thalia.

Requer, outrossim, que seja dada ciência do presente à Família enlutada. Sala das Sessões, em 4 de abril de 1973.

(a) Borsari Netto

Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, e no uso de suas atribuições regimentais, Requer após ouvido o Plenário um voto de profundo pesar pelo falecimento do sr. Maximiliano Alberto Thiemann, ocorrido nesta Capital, progenitor do Vereador de Almirante Tamandaré, Rogerio Alfredo Thiemann, da Arena.

Outrossim, solicita ainda da decisão da Casa dê-se ciência à família enlutada, à Rua Visconde do Rio Branco, n.º 1306.

Sala das Sessões, em 4 de abril de 1973.

(a) Cândido Martins de Oliveira

Requerimento

Senhor Presidente:

Na forma regimental, o Deputado que adiante assina, requer voto de pesar a ser registrado em Ata, pelo falecimento do venerável paranaense Sr. Edgard de Alencar Guimarães, próbo funcionário ferroviário, que na velhice desfrutava merecidamente sua aposentadoria. O ilustre desaparecido ocupou com destaque duas presidências na Capital, a do Joquei Clube do Paraná e a da Sociedade Thalia. Era pai do engenheiro Osiris Stenghel Guimarães, atual Secretário de Obras Públicas, do jornalista e advogado Pedro Stenghel Guimarães, do Cel. Edgard de Alencar Guimarães Filho e da Sra. Vva. Gisela Guimarães Portes.

Sua morte repercutiu dolorosamente em nossa sociedade, onde o extinto, nos seus oitenta e seis anos digna e proficuamente vividos, somente soube grangear amizades e marcar sua existência com gestos nobres que lhe valeram admiração e aplauso.

Sala das Sessões, em 4 de abril de 1973.

(a) Arthur de Souza

INDICAÇÃO:

INDICAÇÃO

Senhor Presidente:

Na qualidade de Líder do M.D.B., indico o Senhor Deputado Sebastião Rodrigues Júnior, para compor a Comissão de Inquérito, com a finalidade de verificar procedências de denúncias de irregularidades Administrativas na Junta Comercial do Paraná.

Sala das Sessões, em 4 de abril de 1973.

(a) Maurício Fruet

Requerimento

Senhor Presidente:

A liderança da Aliança Renovadora Nacional, por meu intermédio, vem respeitosamente, à Vossa presença indicar os nomes dos Senhores Deputados João Fadel, Gilberto de Carvalho, Antônio Lopes Júnior e Marciano Baraniuk para comporem a Comissão Parlamentar de Inquérito para apurar possíveis irregularidades na Junta Comercial do Paraná, aprovada a referida C.P.I., em sessão de 26 de março do corrente.

Sendo o que me cumpria manifestar, reitero meus votos de elevada estima e consideração.

Sala das Sessões, em 4 de abril de 1973.

(a) Luiz Roberto Soares

Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER, sejam enviados ofícios aos Senhores Delfin Neto, Ministro da Fazenda, Cirne Lima, Ministro da Agricultura e Prati de Moraes, da Indústria e Comércio, solicitando providências no sentido de que estas autoridades realizem estudos objetivando a fixação de novos índices de preços para a safra tritícola de 1973, fazendo com que tal medida venha dar novo impulso a este tipo de cultura na região oeste de nosso Estado, através da obtenção por parte dos agricultores de condições e de estímulo que lhes permitam prosseguir no cultivo do cereal-ouro, que, indiscutivelmente colabora para o aumento de divisas de nosso país.

Sala das Sessões, em 4 de abril de 1973.

(a) Odilon Reinhardt

JUSTIFICATIVA:

Na condição de representante da região Oeste do Paraná neste Poder, é evidente que não poderia me tornar omisso e indiferente permanecendo insensível diante dos problemas que por ventura, aflijam o povo de minha região. Motivado por meu compromisso de bem representar os interesses do povo que me permitiu chegar até onde estou, é que me sinto na obrigação de interceder junto às autoridades a quem de direito cabe a responsabilidade de fixar novos índices de preços para produtos produzidos no País.

E é justamente, sobre o índice fixado para a safra de cereal-ouro no Brasil, que me permito interceder junto aos Senhores Ministros da Fazenda, Agricultura e Indústria e Comércio, solicitando providências no sentido de que venham os mesmos a ser revidados, objetivando um valor mais justo, em face ao custo de tal produção.

É bastante evidenciado o descuido que têm tido as autoridades competentes, em relação a este tipo de cultura, basta se fazer um estudo das percentagens de valorização do produto em relação ao aumento de custo de implantação de lavoura do mesmo.

O aumento dos valores dos produtos que se destinam à obtenção de uma lavoura mais produtiva, são astronômicamente superiores aos valores de lucro fixados para a mesma.

Nos três últimos anos, a elevação de preço dos produtos acessórios à implantação da mesma tem sido aviltantes, desde os fertilizantes que sofreram aumento de 90% em menos de 24 meses até os demais produtos que sobem livremente como os combustíveis, lubrificantes, inseticidas, herbicidas, isto

sem se falar no custo dos implementos agrícolas e das maquinárias necessárias para a instalação deste tipo de cultura, que obtém altas de acordo com os interesses dos fabricantes dos mesmos.

Tal situação vem agravando-se de ano para ano, vindo a tornar-se agora quase que insuportável, diante do índice que foi fixado para este ano, ou seja o de 12%.

Diante deste índice e dos índices desproporcionais ao custo de implantação da lavoura, vê-se o produtor completamente prejudicado, pois após o trabalho e os gastos necessários para a implantação da mesma, não obterá nenhuma margem de lucro, se a obter contudo, será ínfima e insuficiente para cobrir os custos financeiros dos encargos realizados durante o ano precedente.

Tal política de preços estará descapitalizando o produtor, e colocando-o em risco a sobrevivência deste tipo de cultura em nosso Estado, fazendo com que o produtor passe a optar por culturas que lhe proporcione maior segurança, através da obtenção de maior margem de lucros.

Todos somos sabedores que outros tipos de culturas desenvolvem-se favoravelmente junto à tritícola, e este conjunto determinou o crescimento e a expansão de uma infra-estrutura industrial, comercial, de armazenagem e transporte, e tal fenômeno proporcionou novas margens de empregos e de valorização para muitos paranaenses, e em consequência, canalizou para os cofres públicos receitas que se transformam em escolas, estradas, hospitais, etc., fazendo com que tais benefícios não venham a atingir tão somente aqueles que têm vínculos diretos com a lavoura.

A persistência de tal preço, determinará sem dúvida, uma grande redução na área útil plantada, gerando em consequência uma série de dissabores e a consequente retração no desenvolvimento de toda uma gama de atividades, gerando insatisfações e desempregos, o que por certo não virá de encontro às aspirações das autoridades responsáveis pelos destinos do País.

Faça à situação agravante em que se encontram os produtores do Paraná, em razão dos índices fixados para a safra tritícola de 1973, através de determinação do Governo Federal, é que resolvemos apresentar o presente requerimento, que se aprovado fôr por esta Assembléia Legislativa, nos permitirá alertar às autoridades do País, para a realidade de um problema que atinge não somente aos agricultores do nosso Estado, mas também aos dos demais Estados produtores de tal tipo de cultura, que, juntamente com o Paraná, constituem sem a menor sombra de dúvidas o celeiro do Brasil.

Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que adiante subscreve, usando de suas atribuições parlamentares, requer à Mesa, após ouvido o douto Plenário desta Casa de Leis, seja endereçado expediente ao Excelentíssimo Senhor Secretário dos Negócios da Educação e Cultura, denunciando abusos que têm sido praticados por professores do Colégio Estadual do Paraná na comercialização de apostilas cuja compra está sendo exigida aos alunos daquele estabelecimento.

No Curso de Ciências, no 1.º grau, foi elaborada uma apostila sobre prática de Ciências, de autoria das professoras Maria Helena Hernandez e Therezinha Siqueira Russo. Esta última é professora responsável por uma das turmas e, segundo estabelece a folha de instruções desta apostila, no seu artigo 5.º, o aluno que não adquirir o referido material não poderá assistir as aulas.

Outro absurdo no mesmo Colégio Estadual, vem se registrando no Curso de Biologia, onde os alunos da 1.ª série são igualmente obrigados a comprar a apostila de autoria do professor Estevam M. de Oliveira. Ocorre que esta apostila só terá serventia para os alunos pelo curto tempo de 2 meses e, tanto esta como a outra são vendidas ao preço de Cr\$ 10,00.

Como nem todo pai de aluno é privilegiado financeiramente, havendo muitos que ficam quase impossibilitados de mandar o filho para a escola, é de se esperar que sejam determinadas enérgicas providências para se evitar que as escolas públicas sejam transformadas em casa de comércio.

No Norte do Paraná, por exemplo, o abuso está sendo na escolha dos uniformes. As vezes o tecido indicado é caríssimo e somente determinadas casas comerciais são recomendadas para o seu fornecimento. O comércio acaba sendo prejudicado, o mesmo acontecendo com os pais, que fatalmente pagarão mais caro para que seus filhos cumpram as exigências das direções dos colégios.

Apelamos para a compreensão do senhor secretário.

Sala das Sessões, em 4.4.73.

(a) Antônio Belinati

Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer, após ouvido o Plenário, seja enviado ao Sr. Nestor Jost, presidente do Banco do Brasil S. A., telex com o seguinte teor:

"Solicitando interferência V. Exa. no sentido de pronta autorização às Agências do Banco do Brasil, no Paraná, para que iniciem a concessão de financiamentos para custeio da lavoura de trigo. O Estado do Rio Grande do Sul já foi beneficiado com a autorização e seria lamentável que a triticultura paranaense ficasse prejudicada pelo pouco caso do Banco do Brasil no tratamento de material tão importante para economia".

Sala das Sessões, em 4 de abril de 1973.

(a) Sebastião Rodrigues Júnior

Requerimento

Senhor Presidente:

Considerando:

1 — os custos que incidem na formação de uma lavoura de trigo tem sofrido elevação constante, mormente nos últimos três anos, ao passo que as cotações internacionais dos fertilizantes subiram em mais de 90% num período inferior a 24 meses. Mão de obra, combustíveis, lubrificantes, inseticidas, herbicidas, transporte, elevaram-se percentualmente, de ano para ano, entre 20% e 30%;

2 — de outra parte, os custos de maquinarias e implementos indispensáveis ao aprimoramento tecnológico da lavoura seguem o mesmo ritmo crescente, com vertiginosas altas, sem que houvesse sido exercido qualquer controle pelo governo sobre seus preços;

3 — o preço do trigo conquanto todos os componentes de seu custo subiam livremente, recebeu aumento de 8,8% em 1970, 11,0% em 1971, 10% em 1972, e agora 12%, o que vem comprovando um desequilíbrio gritante entre os preços concedidos ao produtor e os acréscimos do custo de produção;

4 — assim, bem é de se ver que o preço pago ao produtor trouxe a essa lavoura uma situação insuportável, seriamente agravada neste ano corrente, diante do preço concedido e o custo de formação da lavoura. Os prejuízos

ao produtor são evidentes, devendo se considerar a impossibilidade de serem cobertos os custos financeiros dos encargos não liquidados no ano de 1972, com a frustração quase total da safra;

5 — os reprodutores de trigo do Estado do Paraná, destacadamente, sofrem o risco na sobrevivência para o cultivo deste cereal. Conhecido é o desastre verificado no País com a frustração na colheita, acarretando o esgotamento dos estoques e sua elevação nas quotas internacionais. Hoje, o País importa trigo no mesmo preço que paga pela sua produção, sem tendências a baixar, pelo contrário, deve aumentar, segundo previsões de especialistas na comercialização do produto;

6 — a grande massa de investimentos efetuados nessa lavoura, com o total apoio e incentivo do Governo Federal através de crédito farto e fácil, não permite ao produtor que abandone o cultivo do cereal sob pena de encarecer a lavoura de verão com a transferência dos custos fixos, colocando em risco a sua sobrevivência;

7 — vale considerar que junto a lavoura de trigo desenvolvem-se outras culturas, e este conjunto determinou o crescimento e expansão de uma infra-estrutura industrial, comercial, de armazenamento e transporte, o que, é óbvio, dá emprego a milhares de paranaenses, canalizando para os cofres públicos receitas enormes que podem ser traduzidas em escolas, hospitais, estradas e outros benefícios necessários e imprescindíveis ao bem estar e desenvolvimento do País;

8 — a permanência do atual preço determinará sem dúvida, uma grande redução na área plantada, com consequências nefastas na retração do desenvolvimento de toda uma gama de atividades, o que não pode deixar de interessar e conscientizar as autoridades responsáveis;

9 — a produção primária que tem aceitado uma parcela do sacrifício necessário para o desenvolvimento do País, para o combate à inflação que vem minando sua economia, que, está provado, é de ordem de 180%, em 5 anos, enquanto sua remuneração cresceu apenas 90%;

Nestas condições, esta Casa de Leis, consciente das suas grandes e graves responsabilidades perante a vida sócio-econômica do nosso Estado e do nosso País, dirige veemente apelo ao Excelentíssimo Senhor Ministro da Agricultura, no sentido de que, tomando consideração da gravidade desta situação, passe a comandar os estudos necessários a fim de que se proceda imediatamente uma justa revisão do preço fixado porquanto, além do exposto, não obedece ela, de forma alguma as determinações do Estatuto de Terra, que preconiza uma remuneração ao produtor de 30% sobre os custos verificados.

Sala das Sessões, em 4 de abril de 1973.

(a) Iris Caldart

O SR. PRESIDENTE — Está finda a leitura do Expediente.

O SR. ARMANDO QUEIROZ — (Pela ordem). Sr. Presidente, parece-me não haver número suficiente para o funcionamento da Sessão. Peço a V. Exa., determinar o Sr. 1.º Secretário para que proceda a chamada nominal dos Srs. Deputados para verificação de quorum.

O SR. PRESIDENTE — A Mesa determina o Sr. 1.º Secretário para que proceda a chamada nominal dos Srs. Deputados.

(É feita a chamada nominal dos Srs. Deputados)

Responderam a chamada nominal 27 Srs. Deputados. Havendo número legal, concedo a palavra ao primeiro orador inscrito no Pequeno Expediente, Sr. Deputado Sebastião Rodrigues Júnior.

O SR. SEBASTIÃO RODRIGUES JÚNIOR — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Tendo em vista uma série de reclamações que me chegam do Oeste Paranaense, região onde se plantam nossas lavouras de trigo, uso da Tribuna para, Sr. Presidente, encaminhar neste momento verbalmente a V. Exa., mais tarde o faremos por escrito, um requerimento no sentido de que seja solicitada a S. Exa. o Sr. Presidente do Banco do Brasil e ao Diretor da Carteira de Crédito Real para o Paraná e Sta. Catarina, para que sejam expedidas prontamente, as autorizações para que as Agências do Paraná no Banco do Brasil, iniciem imediatamente financiamento às lavouras de trigo. Lamentavelmente, não compreendemos porque até o presente momento, estas instruções ainda não foram baixadas para a Agência do Paraná.

Sabemos que no Estado do Rio Grande do Sul, as agências do Banco do Brasil já estão financiando o plantio das lavouras de trigo, a menos que o Banco do Brasil, se fundando também em entendimento do Governo Federal, reconheça que o Paraná também faz parte da Nação brasileira. Só falta isso, Sr. Presidente, os triticultores paranaenses deixaram de plantar suas lavouras pelo esquecimento do Banco do Brasil, que no tempo devido deixaram de autorizar as agências daquele principal estabelecimento de crédito em nosso Estado, e a procederem também o financiamento para a colheita do trigo.

É sabido que no Norte do Estado o plantio dessa lavoura foi iniciado mais cedo, inclusive no Sudoeste do Estado e no Rio Grande do Sul, e lá ainda esta autorização para o custeio dessas lavouras ainda não chegou às agências do Banco do Brasil. Quero pois, apelar à V. Exa., Sr. Presidente, para que o apelo ao Presidente do Banco do Brasil, seja feito por Telex, porque se trata de medidas relevantes, de interesse não só do Sudoeste paranaense, mas de todo o nosso Estado. Pedimos ao Presidente do Banco do Brasil e ao Diretor da Carteira de Crédito Rural, que se lembraram do Rio Grande do Sul, que se lembrem também do Paraná, mandando para as agências do Banco do Brasil, o mais breve possível, autorização para que possam financiar as lavouras de trigo em nosso Estado.

Muito obrigado. — (Sem revisão de orador).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Iris Caldart, primeiro orador inscrito no Grande Expediente.

O SR. IRIS CALDART — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Parece, Srs. Deputados que a ordem pública no Estado do Paraná toma a sua normalidade plena. Estamos com o Governador do Estado em pleno exercício do seu cargo, completamente restabelecido e manifestando de público a sua vontade férrea, o seu entusiasmo, o seu grande espírito paranaense, de encetar e de por em prática uma eficiente e condigna administração.

Temos presenciado com muita satisfação nos últimos dias, a paz, a concórdia, reinando no Poder Judiciário, e vemos com muito contentamento, esta Casa de Leis, pelos Srs. Deputados, uma movimentação inusitada, uma vontade de trabalhar e um grande senso de responsabilidade desta nobre função. O Estado do Paraná, parece-nos marcar o início de uma nova era, de uma nova época.

Nós, os Deputados da oposição, conforme tem sido dito e reiterado, também aqui estamos com mais vigor e com mais entusiasmo, com mais vontade e sobretudo, com a grande serenidade de colaborarmos para que esta nova era e esta nova meta no Estado do Paraná, venha a se constituir numa grande realidade. Sabem os Srs. Deputados, sabem o poder público o Executivo e sabem toda a gente do Paraná que o nosso Estado é um Estado eminentemente agrícola; que a sua base sócio-econômica está assentada na produção agrícola. Infelizmente e desgraçadamente até a presente data não se tem dado a necessária e devida atenção, numa demonstração de civismo, de paranimismo, a este setor da atividade sócio-econômica do nosso Estado. Acompanhamos estarecidos uma política na área do café que deixa muito a desejar e que tem preocupado constantemente todos os setores da atividade econômica do nosso Estado. Na chamada "lavoura branca" da mesma forma, nós vemos a braços com as mais sérias e tremendas dificuldades; um setor completamente abandonado em tudo aquilo que possa ser essencial e de vital no seu desenvolvimento, na sua produção, na sua condição de ser efetivamente um grande fator de desenvolvimento da economia do nosso Estado.

Sab o Paraná, por exemplo, que vimos de uma frustração total no cultivo do cereal ouro, o trigo; que estamos agora com uma safra já em franca colheita, de soja e de milho e de arroz, uma das mais abundantes do nosso Estado. Merece, e graças ao esforço individual, ao esforço pessoal do nosso fazendeiro, do nosso agricultor e do nosso lavrador, porque nunca tem recebido um mínimo de assistência dos poderes públicos. Veja-se, por exemplo, que neste Estado serão colhidas mais de 25 milhões de sacas de soja, dos quais a minha região, Oeste do Paraná, comparece com aproximadamente a metade desta produção. Mais do que o dobro destes números de sacas de soja, se colherá de milho, na região Oeste do Estado do Paraná; e também uma grande quantidade de arroz, uma super-produção nunca vista naquela região... Faz algum tempo que desta Casa se reclamava e se pedia, se suplica e se roga, que o Governo do Estado, pelo menos, dê condições de escoamento desta safra; e a safra já está na sua colheita bem adiantada e nenhuma providência foi tomada. As estradas do Oeste do Paraná continuam completamente intratáveis; é um fator de calamidade pública, esta situação e eu invoco o testemunho de ilustres Deputados da própria Arena que têm liderança naquela região.

O SR. LEOPOLDO JACOMEL — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento). Nobre Deputado, estamos acompanhando com interesse o discurso de V. Exa. na tarde de hoje, desta Tribuna, com muita ênfase, com longo conhecimento da situação das estradas que ligam o Oeste do Paraná a Cascavel.

Como prova do que V. Exa. diz, queremos dizer à Casa, e ao Paraná que a nossa luta, nesta Tribuna, com relação às estradas que demandam para a zona de produção do Oeste do Estado tem sido incansável e, na realidade, os nossos apelos não têm sido atendidos na Secretaria dos Transportes do Estado do Paraná. Em face disso, antes de ontem, se não me falha a memória, apresentamos, nesta Casa, um requerimento que aprovado foi, solicitando a interferência de S. Exa. o Sr. Ministro dos Transportes para dar mais cooperação e assistência à Secretaria dos Transportes do Estado do Paraná. E o fizemos, Sr. Deputado, porque de nada vale a visita do Sr. Ministro dos Transportes ao Paraná, dizendo que aqui serão asfaltados mil e duzentos quilômetros das estradas vicinais para o atendimento do "corredor de exportação", como medida imediata em face da excessiva produção que esperamos no Município de Palotina, que atingirá a ordem de 2 milhões e 500 mil sacas de soja. E preocupa-nos uma eventual temporada de chuvas, cujas consequências virão danificar as lavouras, ou melhor a produção daquele Município. Eis que, em Palotina, como também em nenhum Município do Estado do Paraná, existem condições de estocagem e secagem para um volume de produção desses.

Por essas razões, Sr. Deputado, quero parabenizar-me com V. Exa. e dizer a V. Exa., aos Representantes do Oeste do Paraná e ao povo ordeiro e produtor daquela região, que não mediremos esforços para a luta e para os anseios do agricultor daquela região. E não o fazemos tão somente porque conhecemos a situação dos mesmos e também porque já sentimos na carne, como agricultor que somos e que fomos, a luta que tem o homem que vive no Interior para dar sustento ao homem que vive no asfalto. E digo mais, há mais de vinte anos, representamos, como Presidente da Associação Rural de Piraquara e, durante todos estes anos temos lutado pelo apoio governamental a esses agricultores. Muitos telegramas foram dirigidos, daquele Município, ao Sr. Presidente da República, ao Ministro da Agricultura, e muitos debates foram feitos junto aos Governos que se passaram no Paraná. E a resposta sempre era: "V.S. tem razão". E nós respondemos, muitas vezes irritados: "Sr. Governador, ou Sr. Ministro, que diabo de razão é esta?"

Entretanto, os tempos mudaram e os telegramas que não recebiam eco no Rio de Janeiro, começaram a ser ouvidos e assistidos com outro carinho, a partir da Revolução de 1964. Mas mesmo com essa atenção e esse carinho, ficamos até bem pouco tempo sem uma lei que amparasse o homem da produção. Veio essa lei, posteriormente, beneficiando os agricultores através de uma aposentadoria, modesta, mas que lhe é muito válida. Depois disso houve o apelo e a solicitação do Ministério da Agricultura e do próprio Presidente da República, no sentido de darmos maiores condições para os lavradores produzirem mais e mais.

Palotina, como tantos outros Municípios que representamos aqui, especialmente a região bataticultora, atendeu o chamamento do Ministro e do Presidente da República. Mas é preciso dar condições de escoamento a essa produção. E o que é mais grave, nobre Deputado, falando em região bataticultora, num aparte que oferecemos há poucos dias ao Deputado Paulo Polt, ficamos surpresos quando o Ministro da Agricultura liberou para o Estado do Espírito Santo, 1.700 caixas de batatas, sementes, vindas da Alemanha e, para o Paraná, que é o Estado produtor, que é o celeiro da produção da batata, foram liberadas tão somente 600 caixas. Disso tudo nós temos dado conhecimento, solicitando as providências que o caso exige. V. Exa. aborda hoje, com propriedade e com muita magnitude uma situação de fato, que precisa ser atendida pelos nossos governantes.

O SR. IRIS CALDART — V. Exa. com muita propriedade, nobre Deputado que representa o Município de Palotina, — aliás, com muita dignidade, e sou testemunha que V. Exa. é sobremaneira muito estimado naquele Município — certamente vai colaborar eficientemente com as nossas solicitações.

Realmente, Srs. Deputados, esse Município campeão de soja no Brasil, como campeão em suinocultura é o Município de Cândido Rondon, essa região Oeste do Paraná, realmente, a sorte lhe tem sido eternamente madrastra, madrastra em todos os sentidos. Vejam V. Exas., por exemplo, que ontem o Deputado Ivo Tomazoni e hoje o Deputado Sebastião Rodrigues reclamaram e pediram providências para que se fizesse um atendimento através do Banco do Brasil, quanto ao financiamento da próxima safra de trigo.

Essa safra já se iniciou em nossa região, porque há mais de 20 dias que se está colhendo soja e plantando-se trigo. Até hoje aquela gente laboriosa, trabalhadora, construtora da riqueza nacional, não sabe se tem condições, se pode plantar, se vai plantar, se tem financiamento, se tem, enfim, algum atendimento e alguma esperança para produzir e construir a riqueza deste País.

Ouvi há pouco um requerimento do Deputado Odilon Reinhardt, grande companheiro e amigo de Cascavel, que luta há tanto tempo, figura ilustre daquela nossa Cidade que, com dignidade e muita honra, desempenhou as funções de Prefeito reclamava e dizia que naquela região, que é eminentemente agrícola, que para mim é o pedestal da economia do Estado, pois que o Paraná é eminentemente agrícola, a produção deveria ser incentivada uma vez que há condições de clima e solo para isto e há condições para depois, numa segunda etapa, partirmos para a industrialização.

No entanto, até hoje, não temos um laboratório de análise de solo, não temos um laboratório para, de imediato, se saber, quando uma praga infesta, invade aquelas lavouras, qual a medida que deve ser tomada. O colono daquela região quando uma praga diferente infesta sua lavoura tem que apanhar aquele material e vir para Curitiba; quando regressa a praga dizimou sua lavoura.

Assistência para a correção do solo, através de laboratórios, de técnica não existe. A situação do financiamento para as lavouras é uma calamidade pública.

O Sr. Demício Scaramella — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento). Não desejo atrapalhar o seu discurso. Não sou um saudosista, já passei, por esta Casa e desejo lembrar esta Casa que no tempo do Governo de Bento Munhoz da Rocha existiam as Casas Rurais e em União da Vitória funcionava uma que atendia toda a região Sul.

Infelizmente, desgraçadamente hoje, em nossa região, nada existe. Responsabilizo o Governo e a Secretaria de Agricultura por este desleixo.

Lembro também, na parte que se refere ao Governo Federal, existia assistência ao pequeno e ao grande agricultor no que se refere a distribuição de sementes não só de trigo como de todos que se fizeram necessárias as quais, posteriormente, eram devolvidas aos órgãos federais pelos agricultores; existia equipamento para ser emprestado; existia distribuição de inseticida, porém não existe mais nada.

Não só a região que V. Exa. representa com tanto brilhantismo, como a modestamente represento, que é a do Sul do Estado, está sofrendo as mesmas necessidades. Portanto, o nosso apoio será incondicional ao Governo do Estado como ao Governo Federal se atender os produtores agrícolas não só do Sul como de todo o Estado.

Com referência às estradas que foi objeto do aparte do Deputado Leopoldo Jacomet, tenho a dizer que a região Sul do Estado teve um pouco mais de sorte de vez que a estrada que demanda União da Vitória a São Mateus foi atendida pelo Governo Federal, o mesmo ocorrendo com a BR-153 que demanda União da Vitória a Erechim e foi autorizada a viabilidade da BR-280. Estamos bem com o Ministério dos Transportes, talvez a redenção do Sul será por intermédio das estradas do Governo Federal.

O SR. IRIS GALDART — Muito obrigado, o seu aparte veio corroborar e reforçar aquilo que estamos defendendo desta Tribuna.

Neste setor de estradas, lamentavelmente, tivemos oportunidade de ouvir, através do Líder do Governo, que projetam, que estudam e procedem estudos se se está liberando a construção, a pavimentação asfáltica ainda que primária, de 1.500 k, no Oeste do Paraná. Parabéns ao Oeste porque pelo menos está se iniciando tal obra; quanto ao Sudoeste, estamos lá esperando há 10 anos, esperando o início do asfalto do trecho Cascavel-Toledo e Cascavel-Campo do Mourão há 10 anos, todos os princípios de ano imaginamos que naquele ano vai se iniciar a construção e, até hoje, não temos a providência, não temos um trecho de estrada em regime prioritário dentro da Secretaria dos Transportes nem para uma retificação, para um revestimento primário, no Sudoeste do Paraná aquela potencialidade econômica extraordinária. Desgraçadamente, isto é no setor de estradas.

No setor de Assistência, no caso de um laboratório, de uma distribuição de sementes, de um armazenamento, isto não existe. Nada. Negativo. 0.0.

O Sr. Sebastião Rodrigues Júnior — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento). Apenas, nesse aspecto de estradas a que V. Exa. se refere, estive ontem com o Diretor do Departamento Estadual de Estradas de Rodagem, e tive oportunidade de ouvir de Sua Excelência de que os 1.500 k não serão apenas para o Oeste e Sudoeste Paranaense, serão para o Paraná inteiro. Essa a explicação que Sua Excelência me deu e eu já estava de fato um tanto surpreso com a generosidade do Governo para com a nossa região, isso seria de fato uma concessão muito grande do Governo, e, desconfiado com tamanha generosidade, tive oportunidade de procurar ouvir Sua Excelência o Sr. Diretor do Departamento de Estradas de Rodagem, quando ele me explicou que, 1.500 k são para o Paraná inteiro, que houve um engano da imprensa e que, na verdade, o Sudoeste terá cerca de 300 a 500 k, se não me falha a memória, 300 k uma estrada que ligará Realiza a São João do Triunfo, passando por Salto do Lontra e Dois Vizinhos.

O SR. IRIS CARDART — Mas, Srs. Deputados, não é propriamente este o objetivo da minha presença na Tribuna.

Acontece que estamos numa fase difícil da lavoura na nossa região, uma lavoura cuja safra é abundante e não há condições de colher e de transportar. Vem agora a safra do trigo. Sabem os Srs. e sabe o Paraná que este produto é um produto essencial principalmente na Bolsa de Valores do Brasil, é um produto que se importa em mais de 70% — se não me falha a memória — para o abastecimento das necessidades da população brasileira, e que se pode fazer em iniciativa privada naquela região — Oeste e Sudoeste — é que estamos organizados em cooperativas, estas cooperativas é que lutam, que trabalham, que se dedicam, que fazem o impossível até para poder dar alguma assistência aos seus associados, aos lavradores, aos colonos daquela região.

Vimos de uma frustração total com o trigo, estamos no momento exato e já muitas lavouras que iniciaram a sua plantação de trigo — ocorreu em Toledo, de 21 a 23 do mês passado, uma reunião das 13 cooperativas que compõem o Projeto Iguaçu, para debater o problema do trigo, e eles nos pedem aqui através de um ofício, encarecidamente, que façamos um apelo aos Srs. Deputados, que levantemos a questão e o problema no Plenário, e que os Srs. Deputados se dignem ir ao encontro das aspirações desse povo e dessa gente, principalmente dessas 13 cooperativas que alertam aqui o problema, na seguinte ordem que me permito ler a Vv. Exas. rapidamente, porque o tempo já vai longe.

(Lendo): As cooperativas de Produtores Agrícolas em reunião realizada na cidade de Toledo por ocasião do 5.º Seminário do Projeto Iguaçu de Cooperativismo levado a efeito de 21 a 23 de março de 73. Considerando a

sua responsabilidade de desenvolver os esforços no sentido da defesa dos interesses dos produtores, seus associados, diante da recente fixação do preço do trigo para 1.973 pelo Conselho Monetário Nacional, encaminham as autoridades responsáveis pela política econômica do Brasil as considerações abaixo:

1 — Os custos que incidem na formação de uma lavoura de trigo têm sofrido elevação constante, mormente nos últimos três anos, ao passo que as cotações internacionais dos fertilizantes subiram em mais de 90% num período inferior a 24 meses. Mão de obra, combustíveis, lubrificantes, inseticidas, herbicidas, transporte, elevaram-se percentualmente de ano para ano entre 20 e 30%.

2 — De outra parte, os custos de maquinárias e implementos indispensáveis ao aprimoramento tecnológico da lavoura seguem o mesmo ritmo crescente, com vertiginosas altas, sem que houvesse sido exercido qualquer controle pelo Governo sobre seus preços.

3 — O preço do trigo conquanto todos os componentes de seu custo subiam livremente, recebeu aumento de 8,8% em 1.970, 11,0% em 1.971, 10% em 1972 e agora 12% o que vem comprovar um desequilíbrio gritante entre os preços concedidos ao produtor e os acréscimos do custo de produção.

4 — Assim, bem é de se ver que o preço pago ao produtor trouxe a essa lavoura uma situação insuportável, seriamente agravada neste ano corrente, diante do preço concedido e o custo de formação da lavoura. Os prejuízos ao produtor são evidentes, devendo se considerar a impossibilidade de serem cobertos os custos financeiros dos encargos não liquidados no ano de 1972, com a frustração quase total da safra.

5 — Os produtores de trigo do Estado do Paraná, descapitalizados, sofrem o risco na sobrevivência para o cultivo deste cereal. Conhecido é o desastre verificado no País com a frustração na colheita, acarretando o esgotamento dos estoques e sua elevação nas quotas internacionais. Hoje, o País importa trigo no mesmo preço que paga pela sua produção, sem tendências a baixar, pelo contrário, deve aumentar, segundo previsões de especialistas na comercialização do produto.

6 — A grande massa de investimentos efetuados nessa lavoura, com o total apoio e incentivo do Governo Federal através de crédito farto e fácil, não permite ao produtor que abandone o cultivo do cereal sob pena de encarecer a lavoura de verão com a transferência de custos fixos, colocando em risco a sua sobrevivência.

7 — Vale considerar que junto à lavoura de trigo desenvolvem-se outras culturas, e este conjunto determinou o crescimento e expansão de uma infraestrutura industrial, comercial, de armazenamento e transporte, o que é óbvio, dá emprego a milhares de paranaenses, canalizando para os cofres públicos receitas enormes que podem ser traduzidas em escolas, hospitais, estradas e outros benefícios necessários e imprescindíveis ao bem estar e desenvolvimento do País.

8 — A permanência do atual preço determinará, sem dúvida, uma grande redução na área plantada, com consequências nefastas na retração do desenvolvimento de toda uma gama de atividade, o que não pode deixar de interessar as autoridades responsáveis.

9 — A produção primária que tem aceitado uma parcela do sacrifício necessário para o desenvolvimento do País, para o combate à inflação que vem minando sua economia, que, está provado, é da ordem de 130%, em 5 anos, enquanto sua remuneração cresceu apenas 90%.

Faça pedir, Sr. Presidente Srs. Deputados, que esta Assembléia seja lançadora deste movimento fazendo apelo transmitindo essas considerações, fazendo apelo ao Sr. Ministro da Agricultura, ao Sr. Governador do Estado, ao Sr. Presidente da República, enfim a todas as autoridades que tem competência no assunto para que estudem, reexaminem e tomem uma atitude. Se já estamos sacrificados, se já estamos sufocados, se já estamos relutados pela falta de assistência, de estradas, de sementes de um laboratório de análise do solo; se já estamos nessa situação de vergonha e de calamidade pública que pelo menos reajustem, considerem e estudem e tratem desse problema da fixação do preço do trigo, para a próxima safra. E nos permitimos, Srs. Deputados encaminhar à Mesa um Requerimento vasado nestes termos, com estas considerações, pedindo à Presidência que este Requerimento seja encaminhado à discussão na Ordem do Dia de amanhã lido e aqui se trave um debate, se travem considerações a respeito, que aqui os Srs. Deputados ocupem a Tribuna, que aqui venham para reformular alguns quesitos algumas inversões na ordem das expressões; uma correção, enfim, aceitamos; é normal, é natural, é necessária mas que a Assembléia Legislativa do Estado do Paraná para salvar a economia do seu Estado para salvar a infra-estrutura da força econômica do nosso Estado, para que possamos em breve atingir um estágio de industrialização do nosso produto, para que enfim saíamos desse marasmo, desta rotina e desta situação calamitosa para que possa o nosso povo e a nossa região e, pelo fato de que o nosso Estado está decrescendo vertiginosamente no conceito dos Estados e da União, levantemos esta questão, não só no setor do trigo mas destes demais produtos, nos demais fatores que influem e que decidem a vida sócio-econômica do nosso Estado.

É o apelo que formulamos aos Srs. Deputados para que possamos fugir desta situação de vergonha para nós, de calamidade pública para nós; está nos diminuindo em relação aos demais Estados do Brasil. Somos um Estado favorecido tremendamente pelas condições climáticas, climáticas, pela qualidade do solo, pela situação topográfica do nosso solo; temos condições de matar a fome do mundo inteiro aqui no Paraná. Vamos ser paranaenses vamos aceitar, vamos até estender os nossos braços, fazer sacrifícios se for preciso, ao Sr. Governador do Estado que volta revitalizado dizendo que vai governar este Estado e que os órgãos do Governo do Estado enfim também colaborem, também se conscientizem desta situação.

Era o apelo que eu queria fazer.

O Sr. Maurício Fruet — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento). Mais uma vez Deputado Iris Caldart, apartamos V. Exa. para nos congratular com o seu raciocínio e com o problema colocado de uma forma tão correta e tão bem fundamentado como V. Exa. expôs a toda esta Casa, na tarde de hoje.

Gostaria de, ao mesmo tempo em que nos congratulamos com V. Exa. endossarmos seu pronunciamento, quando V. Exa. faz uma verdadeira exortação não só aos homens que compõem este Poder, mas também aqueles que detem o Poder o Poder Executivo, que trabalham ao afino, que nunca se esqueçam que ocupam um cargo alto nos órgãos do Estado do Paraná que não esqueçam que devem cumprir horário como funcionários públicos, mas que vejam com idealismo o exercício de suas funções públicas, e que trabalhem não somente durante o expediente, mas também fora do expediente. Porque os homens que exercem cargos públicos têm obrigação de atender du-

rante o expediente e mesmo fora dele. Porque, na verdade, os altos cargos públicos exigem muito esforço, muita dedicação por parte daqueles que os exercem.

Nossos agradecimentos a V. Exa. e a certeza de que essa sua exortação será o início de uma luta desta Assembléia Legislativa em favor do povo do Paraná.

O SR. IRIS CALDART. — Obrigado a V. Exa.

O sr. Antonio Lopes Júnior — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Nobre Deputado Iris Caldart é com profunda satisfação que ouço o apelo de V. Exa.. E esse apelo encontrou eco, por certo e mtoada esta Casa Legislativa. E principalmente devo dizer a V. Exa. que quero engajar nessa luta, porque essa luta não é apenas da Bancada do MDB, nem da Bancada da ARENA, e sim a luta de todo o Paraná de todos que sabem amar sua terra e, mais que isso, saber se sacrificar pela terra que amam.

Sr. Deputado, na verdade V. Exa. levanta uma das bandeiras mais justas desta época que atravessamos. O agricultor e o produtor do Paraná precisam de um grande estímulo para poderem participar com seus esforços, para a grandeza do Paraná.

O SR. IRIS CALDART — Muito obrigado a V. Exa.

O Sr. Lázaro Dumont. — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Nobre Deputado, queremos, de início, parabenizar-mos com V. Exa. pelo brilhante pronunciamento. Mas enquanto V. Exa. pronunciava sua brilhante criação veio-me à lembrança o pronunciamento de um dos Diretores do Banco do Brasil responsável pela 6.ª Região do Banco do Brasil, o Sr. Peracchi Barcelos diz o seguinte: "Chamando a atenção para o fato de que o "trigo é hoje uma questão de segurança nacional", o diretor da Região Sul do Banco do Brasil responsável pela 6.ª Região do Banco do Brasil, o Sr. Peracchi verno será obrigado a fazê-lo. Explicou: o consumo do trigo no País hoje oscila pela casa dos 3 milhões e 600 mil toneladas. Estamos na vigência do subconsumo, já que apenas 40 por cento dos brasileiros consomem trigo, sob a forma de pão e bolos. Quando o Governo facultar um maior poder aquisitivo para o povo, este consumo para, pelo menos, 6 milhões de toneladas. Se não plantarmos trigo e qualquer anormalidade ocorrer nos países produtores aos quais compramos ficaremos sem pão e consequentemente com a paz interna ameaçada, já que onde impera a fome deixa de haver segurança. É por isso que afirmamos que o trigo hoje é uma questão de segurança nacional".

Verificamos que é oportuno o pronunciamento de V. Exa. que são oportunos os diversos requerimentos que tem aparecido aqui, pedindo ao Governo que olhe efetivamente o plantador e produtor de trigo, porque sabemos que infelizmente nosso produtor não merece, não tem recebido o amparo que necessita, principalmente do Governo Federal, em questão de financiamento. Se o próprio governo sabe que trigo é questão de segurança nacional sabe que o Estado do Paraná é um Estado que, se lhe der condição, como disse V. Exa., pode-se matar a fome do mundo por que o Governo não toma providências?

Em outro discurso o Deputado Peracchi Barcelos diz: "Os cafeicultores enriquecem mais em cada geada em compensação o povo se empobrece mais no Paraná em cada geada". Os cafeicultores pode ser, mas o povo que vive em nosso Estado, este se realmente o Governo não tiver cuidado, morre de fome.

O SR. IRIS CALDART — Essas contradições é que chocam desacomodam. Mas, Srs. Deputados, encerrando repito deixo esse requerimento a título de sugestão também. Gostaria que fosse visto e examinado por todos os Deputados debatido especialmente aqui e se desse a redação e os termos convenientes para ser encaminhado às autoridades competentes, ao Governo do Estado, Secretários, Ministros enfim a quem de direito.

O Sr. Marciano Baranick — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Venho acompanhando o seu pronunciamento a respeito do produtor agrícola e um dos problemas importantes, no que se refere a produção também é o que se refere aos transportes. Nós que somos do interior, sabemos que em época de chuva o transporte é difícil, e na época de safra o tráfego pesado necessita uma atenção especial às estradas, para que o transporte seja rápido e eficiente.

Há preocupação dos produtores, após a colheita, quando pensam, "como é que vou transportar essa safra?". É um problema que vem ocorrendo há muitos anos.

Vou apontar aqui um trecho de estrada que impede o transporte há 3 meses e a Secretaria de Transporte não tem condições de consertá-lo. É um trecho de 30 metros que vem obstruindo o asfalto de Maringá a Umuarama. Diversos requerimentos já foram feitos e temos solicitado para que fosse autorizado esse conserto. Acredito que este apelo de V. Exa. e o meu sejam atendidos, pelo Departamento de Estradas de Rodagem. Se esse Departamento e a Secretaria dos Transportes não tiveram condições de, em oito meses, reparar um trecho de 30 metros não acredito que sejamos atendidos.

O SR. IRIS CALDART — Agradeço o seu aparte e quero, corroborando, dizer que na minha região, Oeste do Paraná temos 900 kms de estradas atendidas pelo DER e para atender estas estradas apenas duas motoniveladoras. Fazem dez anos que o Estado do Paraná não adquire uma máquina para o atendimento das estradas.

Nós, da Oposição não vimos à Tribuna para contestar a Revolução. Não estamos com idéias calismáticas, com ideologias estranhas, o nosso sentido é apenas de patriotismo em consonância com o atual esquema político nacional. Formulamos nosso apelo e apresentamos nosso apoio aos Governos do Estado e da República se se propuserem a resolver a dar caráter definitivo a esta infra-estrutura agrícola de nosso Estado que será a fase re-dentora para, então, posteriormente irmos à industrialização e à independência de nosso Estado e de nosso País. Muito obrigado! — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Como faltam apenas dez minutos, pergunto ao Sr. Deputado Cândido Martins de Oliveira se deseja fazer uso da palavra.

O SR. CANDIDO MARTINS DE OLIVEIRA — Sr. Presidente, requiro a V. Exa. em vista da exiguidade de tempo e em função do brilhantíssimo discurso do Deputado Iris Caldart que minha inscrição seja transferida para a sessão de amanhã no Grande Expediente, se possível for.

O SR. PRESIDENTE — Indago o mesmo ao sr. Deputado Lázaro Dumont.

O SR. LAZARO DUMONT — Sr. Presidente, requiro que a minha inscrição seja transferida para a sessão de amanhã.

O SR. PRESIDENTE — Estão transferidas para a sessão de amanhã as inscrições dos srs. Deputados Cândido Martins de Oliveira e Lázaro Dumont.

O SR. PRESIDENTE — Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à com a presença de 43 srs. Deputados.

Sobre a mesa, Emendas de n.º 3 a 9, ao Projeto de Lei n.º 100-72, constantes do Expediente. Necessitam de apoio. — Apoiadas.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuídos aos srs. Deputados:

3.a Discussão — do Projeto de Lei n.º 161-71, de autoria do Dep. Nivaldo Krüger, que autoriza o Poder Executivo através da Secretaria de Agricultura, construir, uma Escola Agrícola no Município de Palmital e dá outras providências. Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. C.I.P. e COPT COM SUBSTITUTIVA. — Aprovado, com Substitutivo.

3.a Discussão — do Projeto de Lei n.º 98-72 de autoria do Dep. Jorge Sato, que dá nova redação ao parágrafo 1.º, do artigo 282, da Lei n.º 6.174 de 16.11.70 — ESTATUTO DOS FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS CIVIS DO ESTADO. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F. — Aprovado.

1.a Discussão — do Projeto de Lei n.º 115-72 de autoria do Dep. Antonio Belinatti, que transfere ao DER, a Rodovia Faxinal-Grandes Rios, passando por Porto Perigoso bifurcando rumo ao Distrito de Rosário, Município de Ortigueira e daí em diante toma a direção do Distrito Rio Branco, Município de Ortigueira, e daí em diante toma a direção do Distrito Rio Branco, Município de Grandes Rios terminando em Cândido de Abreu. Pareceres favoráveis da C.C.J. C.O.P.T.C. e C.F. — Aprovado.

PROJETO DE LEI N.º 115-72

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a transferir ao Departamento de Estradas de Rodagem, a Rodovia Faxinal-Grandes Rios, que passa por Porto Perigoso até a serra da do Sr. Hubelino e ali bifurca rumo ao Distrito de Rosário e finda no Município de Ortigueira (Rodovia do Café), e a outra que vai em direção ao Distrito de Rio Branco (no Município de Grandes Rios) e termina em Cândido de Abreu.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 1.º de agosto de 1972.

aa) — Dep. Antonio Belinatti

JUSTIFICATIVA

A transferência da referida rodovia para a alçada do DER, no sentido de conservação e melhoria, terá o condão de aprimorá-la e, assim colocá-la à disposição da grande massa de produtores da região hoje lutando com sérias dificuldades no transporte de suas mercadorias em razão do péssimo estado em que se encontra. A mencionada rodovia, que faz uma bifurcação na altura da serra da do Senhor Hubelino, no Município de Grandes Rios, indo de um lado para o Município de Ortigueira e outro para o de Cândido de Abreu é de vital importância para o escoamento da produção da região, daí o motivo do presente projeto.

Comissão de Constituição e Justiça

PROJETO DE LEI N.º 115-72

AUTOR: Deputado Antonio Belinatti.

SUMULA: Autoriza o Poder Executivo a transferir ao Departamento de Estradas de Rodagem, a rodovia Faxinal-Grandes Rios, que passa por Porto Perigoso até a serra da do Sr. Hubelino e ali bifurcando rumo ao Distrito de Rosário e finda no Município de Ortigueira (Rodovia do Café), e a outra que vai em direção ao Distrito de Rio Branco (no Município de Grandes Rios) e termina em Cândido de Abreu.

PARECER:

O desiderato do Projeto de Lei ora em exame por esta Comissão, é autorizar o Poder Executivo a transferir ao DER, a rodovia Faxinal-Grandes Rios, que passa por Porto Perigoso até a serra da do Sr. Hubelino e ali bifurcando rumo ao Distrito de Rosário, findando no Município de Ortigueira (Rodovia do Café). A outra vai em direção ao Distrito de Rio Branco (no Município de Grandes Rios, terminando em Cândido de Abreu.

Segunda a justificativa do autor da proposição, a transferência da referida rodovia para o DER é de vital importância para o escoamento da produção da região, colocando a serviço dos produtores uma rodovia que permita um atendimento maior a todos os pontos do Estado.

Sob o aspecto legal e constitucional, a proposição é escoreita.

Quanto a sua oportunidade, nada há a contestar.

É digno de ser acolhido.

Pela aprovação do Projeto

É o parecer.

Sala das Comissões, em 30 de agosto de 1972.

aa) — Armando Queiroz — Presidente

Maurício Fruet — Relator

Muggiati Filho

Cândido Martins

Erondy Silvério

Santos Lima

Ovidio Franzoni

Comissão de Finanças

PROJETO DE LEI N.º 115-72

PARECER

1 — O presente plano de lei, de autoria do ilustre Deputado Antonio Belinatti, autoriza o Poder Executivo a transferir ao Departamento de Estradas de Rodagem, a rodovia Faxinal-Grandes Rios, que passa por Porto Perigoso até a serra da do Sr. Hubelino e ali bifurca rumo ao Distrito de Rosário e finda no Município de Ortigueira (Rodovia do Café) e a outra vai em direção ao Distrito de Rio Branco (no Município de Grandes Rios) e termina em Cândido de Abreu.

2 — Sobre a referida matéria já se pronunciou a douda Comissão de Constituição e Justiça, com parecer favorável.

3 — Quanto ao aspecto financeiro que cabe a esta Comissão examinar, não há qualquer restrição a fazer, razão pela qual opinamos favoravelmente a sua APROVAÇÃO.

Sala das Comissões, em 26 de outubro de 1972.

aa) — Fuad Nacli — Presidente

Odilon Reinhardt — Relator

Maurício Fruet

Jorge Sato

Comissão de Obras Públicas Transporte e Comunicações

PROJETO DE LEI N. 115-72

PARECER

1 — O presente plano de lei, de autoria do nobre Deputado Antonio Belinatti, autoriza o Poder Executivo a transferir ao D.E.R. a estrada Fazinál-Grandes Rios, que passa por Porto Perigoso até a serraria do Sr. Hubelino e ali bifurca rumo ao Distrito de Rosário e finda no Município de Or-tigueira (Rodovia do Café), e a outra vai em direção ao Distrito de Rio Branco (no Município de Grandes Rios) e termina em Cândido de Abreu.

2 — Esta matéria já mereceu pareceres favoráveis das Comissões de Constituição e Justiça e de Finanças.

3 — Quanto ao mérito e à sua oportunidade, não há o que contestar, razão pela qual opinamos favoravelmente à sua APROVAÇÃO.

Sala das Comissões, em 26 de 1972.

aa) — Borsari Netto — Presidente

Hélio Manfrinato — Relator

Lazaro Dumont

Xenofonte Vilanueva

Gabriel Manoel

1.a Discussão — do Projeto de Lei n. 19172, de autoria do Dep. Can-dido M.M. de Oliveira, que cria o Município de Nova Santa Rosa com sede na localidade do mesmo nome e Território desmembrado dos Municípios de Terra Roxa do Oeste, Toledo e Marechal Cândido Rondon. Pareceres favorá-veis da C.C.J. e C.F. COM EMENDA E EM REGIME DE URGÊNCIA. — Aprovado.

PROJETO DE LEI N. 191-72

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º. Fica criado o município de NOVA SANTA ROSA com sede na localidade do mesmo nome, com território desmembrado dos municí-pios de Terra Roxa do Oeste, Palotina, Toledo e Marechal Cândido Rondon, nos termos do resultado do plebiscito autorizado pela Resolução n. 11-63 e divisas seguintes:

I — Com o município de Terra Roxa do Oeste: limita-se por uma linha seca e reta, partindo do marco da Gleba A, do 48.º perímetro da Fazenda Britânia situada à margem direita do rio Guaçu seguindo em direção Leste até atingir a 1.a parte do 49.º perímetro no marco 117-172 seguindo em direção Norte até encontrar o marco 171;

II — Com o município de Palotina: limita-se a partir do marco 171, onde segue em linha seca e reta até encontrar o marco 5217, situado à margem esquerda; a partir desse ponto segue em linha seca e reta até encontrar o arroio 18 de abril, subindo-o até a confluência com o Lageado Jaguarundi;

III — Com o município de Toledo: limita-se subindo o Lageado Ja-guarundi, a partir de sua confluência com o arroio 18 de abril, até alcançar a Sanga Paim subindo essa Sanga até sua cabeceira, prolongando-se por linha seca e reta até encontrar a estrada de rodagem pela qual segue até o marco 42-44; desse ponto segue até o marco 43-49, situado à cabeceira da Sanga Ubiretama, seguindo por essa até sua foz no Lagiado Gavião descendo por esse até sua confluência com o rio Guaçu;

IV — Com o município de Marechal Cândido Rondon: limita-se a partir da referida confluência, seguindo pelo rio Guaçu até encontrar o marco da Gleba A, ponto de partida.

Art. 2.º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação revo-gadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 24 de outubro de 1972.

aa) — Dep. Candido M.M. Oliveira

Comissão de Constituição e Justiça

PROJETO DE LEI N. 191-72

AUTOR — Dep. Cândido M.M. de Oliveira

SUMULA — Cria o Município de Nova Santa Rosa, com sede na loca-lidade do mesmo nome e território desmembrado dos Municípios de Terrá Roxa do Oeste, Toledo e Marechal Cândido Rondon.

PARECER

O Projeto do eminente Deputado Candido M.M. de Oliveira é de toda procedência e se acha isento de qualquer vício ou defeito de ordem Cons-titucional ou legal.

Opinamos entretanto, na forma do art. 60, da Lei Complementar n. 2 pela modificação do art. 2.º do Projeto vertente passando à redação se-guinte:

“Art. 2.º. Esta Lei entrará em vigor a partir do ano de 1975 revogadas as disposições em contrário”.

Sala das Sessões, em 29 de dezembro de 1972.

aa) — Armando Queiroz — Presidente

Muggiati Filho — Relator

Emílio Carazzai

Santos Lima

Ovidio Franzoni

Igo Losso

Maurício Fruet

Cândido M.M. de Oliveira

Comissão de Finanças

PROJETO DE LEI N. 191-72

PARECER

I — De autoria do ilustre Deputado Candido M.M. de Oliveira, o pre-sente projeto de Lei cria o Município de Nova Santa Rosa, com sede na localidade do mesmo nome.

II — A Comissão de Constituição e Justiça já apreciou a matéria, dan-do-lhe parecer favorável. Nestas condições, do ponto de vista desta Comis-são, o projeto está em condições de ser aprovado pelo Plenário.

É o parecer.

Sala das Reuniões, em 2 de abril de 1973.

aa) — Quielise Crisóstomo da Silva — Presidente

Gilberto Carvalho — Relator

Alvaro Dias

Wilson Fortes

O SR. PRESIDENTE — Sobre a mesa indicação firmada pelo Sr. Deputado Luiz Roberto Soares Líder da Arena, constante do Expediente, dos Srs. Depu-tados João Fadel, Gilberto Carvalho, Antônio Lopes Júnior e Marciano Bar-aníuk para comporem a Comissão Parlamentar de Inquérito, para apurar possíveis irregularidades na Junta Comercial do Paraná — A Divisão das Comis-sões, para anotar.

Expediente frimado pelo Sr. Deputado Maurício Fruet, Líder do M.D.B., constante do Expediente, indicando o nome do Sr. Deputado Sebastião Ro-drigues Júnior, para compor a Comissão Parlamentar de Inquérito, com a fi-nalidade de verificar procedência de denúncias de irregularidades administra-tivas na Junta Comercial do Paraná — A Divisão das Comissões para anotar.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Arthur de Souza, constante do Expediente solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Edgard de Alen-car Guimarães. — Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Borsari Neto, constante do Ex-pediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Edgard de Alen-car Guimarães. — Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Erondy Silvério, constante do Expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Haximiliano Tiemann. — Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ivo Tomazoni, constante do Expediente solicitando Regime de Urgência para os Projetos de Lei n.ºs. 24/73 e 37/73. — Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Cândido Martins de Oliveira, constante do Expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do casal Felix Werpachowski e Ana Kobilanski Werpachowski, ocorrido na cidade de Guaraniaguá. — Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Cândido Martins de Oliveira, constante do Expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Maximiliano Alberto Tiemann. — Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ivo Tomazoni constante do Expediente solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Sławonir Felix Werpachowski e de sua esposa Ana Kobilanski Werpachowski. — Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Odilon Reinhardt, constante do Expediente, solicitando seja encaminhado expediente ao Sr. Ministro da Fa-zenda, ao Sr. Ministro da Agricultura e ao Sr. Ministro da Indústria e Comer-cio, solicitando providências quanto à necessidade de revisão dos preços fi-xados para a safra tritícola de 1973. — Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Antônio Belinati, constante do Expediente, solicitando seja encaminhado Expediente ao Sr. Secretário de Educação e Cultura, denunciando abusos praticados por professores do Colé-gio Estadual do Paraná, na comercialização de apostilas. — Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Sebastião Rodrigues Júnior constante do Expediente, solicitando seja enviado Telex ao Sr. Presidente do Banco do Brasil S.A., no sentido de pronta autorização às Agências do Banco do Brasil, no Paraná, para que iniciem a concessão de financiamentos para custeio de lavouras de trigo. — Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Iris Caldart, constante do Ex-pediente, solicitando apelo ao Sr. Ministro da Agricultura no sentido de que passe a comandar os estudos necessários, visando uma justa revisão do preço fixado do trigo. — Adida a discussão na forma do art. 150, do Regimento In-terno.

O SR. LEOPOLDO JACOMEL — (Pela Ordem) — Sr. Presidente, gostaria que V. Exa. procedesse a chamada nominal dos Srs. Deputados, para verifi-cação de quorum.

O SR. PRESIDENTE — A Presidência informa ao nobre Deputado, que a Ordem do Dia já está encerrada.

O SR. LEOPOLDO JACOMEL — Mas eu pedi a palavra pela ordem para saber, Sr. Presidente, quantos Srs. Deputados têm na Casa.

O SR. PRESIDENTE — A Presidência determina ao Sr. 1.º Secretári, que proceda a chamada nominal dos Srs. Deputados.

(É procedida a chamada nominal dos Srs. Deputados)

O SR. PRESIDENTE — Achem-se presentes 28 Srs. Deputados.

O SR. ANTÔNIO LOPES JÚNIOR — (Pela Ordem) — Sr. Presidente, antes que V. Exa. de por encerrada esta sessão, eu deseje, na forma do parágrafo 4.º do artigo 97 do Regimento Interno combinada co mo artigo 20 do mesmo diploma legal, fazer um apelo à Mesa, no sentido de que apele veementemente aos Srs. Secretários, que compareçam às sessões, secretariem as sessões por-que não é justo que, no momento de se proceder a escolha, de se candidatar, lutem desesperadamente por qualquer Secretaria mesmo que seja a 4.a e pos-teriormente sacrifiquem todos os Deputados do Plenário para que venham se-cretariar o Plenário.

O SR. PRESIDENTE — Será devidamente considerado o pedido do Depu-tado Antônio Lopes Júnior.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão convo-cando outra para amanhã dia 5, quinta-feira, à Hora Regimental com a seguinte ORDEM DO DIA:

3.a DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.ºs. 161-71 e 98-72.

1.a DISCUSSÃO — 115-72 e 191-72.

Levanta-se a Sessão.

ATAS DAS COMISSÕES:

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO

7.a LEGISLATURA — 3.a SESSÃO LEGISLATIVA
ATA DE INSTALAÇÃO

Aos cinco dias do mês de março, do ano de hum mil novecentos e setenta e três, às dezesseis horas, reuniram-se na Sala das Comissões, os membros da Comissão Parlamentar de Inquérito para apurar irregularidades na Junta Co-mercial do Paraná, com a presença dos Senhores Deputados Antônio Lopes Júnior, Gilberto Carvalho, Marciano Baraniuk, João Fadel e Sebastião Rodri-gues Júnior. De acordo com o Regimento Interno da Casa assumiu a Presi-dência o Senhor Deputado João Fadel, que declarou abertos os trabalhos, des-tinados a instalar a Comissão e eleger o Presidente e o Vice-Presidente da Co-missão. Foram eleitos para Presidente e Vice-Presidente, por unanimidade de votos, os Senhores Deputados João Fadel e Sebastião Rodrigues Júnior, respec-tivamente. Ao tomar posse, o Senhor Presidente, Deputado João Fadel, agra-deceu a deferência dos demais membros, fazendo o propósito de corresponder integralmente na Presidência da Comissão. O Senhor Presidente, em seguida, designou relator da Comissão, o Senhor Deputado Antônio Lopes Júnior, e es-clareceu que as reuniões da Comissão ficam condicionadas à necessidade da matéria. Nada mais havendo a tratar o Senhor Presidente encerrou os traba-

lhos, dos quais, para constar e produzir os efeitos legais, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente. Deputado João Fadel, por todos os membros presentes, e por mim, Rita Celestino Soares, Secretária da Comissão.

2a) Deputado JOÃO FADEL — Presidente
Sebastião Rodrigues Júnior
Antônio Lopes Júnior
Marciano Baraniuk
Gilberto Carvalho
Rita Celestino Soares — Secretária

COMISSÃO DE REDAÇÃO

7.a LEGISLATURA — 3.a SESSÃO LEGISLATIVA
ATA DA 1.a REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos vinte e dois dias do mês de março do ano de hum mil novecentos e setenta e três na Sala das Comissões, reuniu-se a Comissão de Redação, sob a presidência do deputado Gilberto Carvalho. Havendo número legal o Senhor Presidente declarou abertos os trabalhos, tendo sido lida e aprovada a Ata da reunião anterior. Como nada constasse da Hora do Expediente, passou-se a Ordem do Dia, ocasião em que o deputado Iris Caldart apresentou redação final aos seguintes projetos: PROJETO DE LEI N.º 272-72 — de autoria do deputado Quilse C. da Silva, que autoriza o Poder Executivo construir através da Secretaria de Obras, um prédio para o Ginásio Estadual de Iguaçu. — PROJETO DE LEI N.º 289-71 — de autoria do deputado Quilse C. da Silva que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Palmas um Rolo Compactador, com as características que especifica. PROJETO DE LEI N.º 17-72 — de autoria do deputado Nelson Buffara, que autoriza o Poder Executivo a conceder pensão mensal de Cr\$ 150,00 (cento e cinquenta cruzeiros) a Agostinho Correa Bittencourt. PROJETO DE LEI N.º 65-72 — de autoria do deputado Erondy Silvério, que acresce do parágrafo que especifica, ao artigo 140 da Lei n.º 6.174, de 16-11-70. — Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Estado. PROJETO DE LEI N.º 103-72 — de autoria do deputado Álvaro Dias, que declara de utilidade pública o Diretório Frederico Hermann Júnior, pertencente a Faculdade de Ciências Econômicas e Contábeis de Londrina. PROJETO DE LEI N.º 105-72 — de autoria do deputado Álvaro Dias que declara de utilidade pública o Centro Acadêmico XXI de Abril, da Faculdade Estadual de Odontologia de Londrina. PROJETO DE LEI N.º 128-72 — de autoria do deputado Antônio F. F. da Costa, que autoriza o Poder Executivo a declarar de utilidade pública a Sociedade Obras Assistenciais Nossa Senhora de Fátima, de Guaraniáçu. PROJETO DE LEI N.º 130-72 — de autoria do deputado Igo Iwant Losso, que concede o título de Cidadão Honorário do Paraná ao Exmo. Sr. Dr. Roland Zimmermann, Cônsul Geral da República Federal da Alemanha no Paraná. PROJETO DE LEI N.º 137-72 — de autoria do deputado Igo Iwant Losso, que declara de utilidade pública o Departamento Social e Educacional da Igreja Evangélica Pentecostal de Curitiba. PROJETO DE LEI N.º 137-72 — de autoria do deputado Antônio Belinatti, que concede o título de Cidadão Honorário do Paraná ao empresário Horácio Sabino Coimbra, ex-Presidente do Instituto Brasileiro do Café. PROJETO DE LEI N.º 152-72 — de autoria do deputado Ivo Thomazoni, que institui o Dia do Médico, a ser oficialmente comemorado no Estado do Paraná em 18 de outubro de cada ano. PROJETO DE LEI N.º 153-72 — de autoria do deputado Jorge Sato, que concede o título de Cidadão Benemérito do Paraná aos senhores João Pedro Moreira de Carvalho e Enio Pipino. PROJETO DE LEI N.º 164-72 — de autoria do deputado Maurício Fruct, que declara de utilidade pública a União Metropolitana dos Estudantes Secundários de Curitiba — UMESC. PROJETO DE LEI N.º 167-72 — de autoria do deputado João Mansur que declara de utilidade pública a Sociedade Educacional Tuiuti, com sede e foro nesta Capital. PROJETO DE LEI N.º 167-72 — de autoria do deputado Quilse C. da Silva, que concede o título de Cidadão Benemérito do Paraná, ao General Luiz Carlos Pereira Tourinho. PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 37-72 — de autoria da Comissão de Constituição e Justiça — Ex-Proposição 77-71, que aprova o convênio de ajuda financeira celebrado em 25-3-71, entre o Governo do Estado do Paraná, através a Secretaria de Educação e Cultura e a Prefeitura Municipal de Carópolis, com o objetivo de beneficiar o ensino na região, conforme especifica. APROVADAS. Nada mais havendo a tratar o Senhor Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada será assinada pelo Senhor Presidente e por mim Lélcio Guimarães Sotomaior, Secretário da Comissão, para que produza os efeitos legais.

2) Gilberto Carvalho — Presidente
a) Lélcio Guimarães Sotomaior — Secretário

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N.º 272-71

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA :

Art. 1.º. Fica o Poder Executivo autorizado a construir através da Secretaria de Obras, o prédio do Ginásio Estadual, na sede do Município de Iguaçu.

Art. 2.º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 22-3-73

2a) Gilberto Carvalho — Presidente

Iris Caldart — Basílio Zarusso — Relatores

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N.º 289-71

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA :

Art. 1.º. Fica o Poder Executivo autorizado a doar ao Município de Palmas, 1 (um) Rolo Compactador com as seguintes características:

— Societe des Montens, 180 deulevand rabateau, Marseille, type BB 2, n.º 52.526, type do 14 n.º 1.650 Albaret Rauliquy Oisf.

Art. 2.º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário

Sala das Comissões, em 22-3-73

2a) Gilberto Carvalho — Presidente

Iris Caldart — Basílio Zarusso — Relatores

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N.º 17-72

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA :

Art. 1.º. Fica o Poder Executivo autorizado a conceder a Agostinho Correa Bittencourt, filho do ex-Capitão da Guarda Nacional Henrique Correa Bittencourt, uma pensão mensal de Cr\$ 150,00 (cento e cinquenta cruzeiros).

Art. 2.º. As despesas decorrentes com a execução desta Lei correrão à conta da verba própria do Orçamento Geral do Estado.

Art. 3.º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 22-3-73

2a) Gilberto Carvalho — Presidente

Iris Caldart — Basílio Zarusso — Relatores

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N.º 65-72

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA :

Art. 1.º. O artigo 140, da Lei n.º 6.174, de 16 de novembro de 1970, fica acrescido do seguinte parágrafo:

“§ ... O disposto pelo item III, deste artigo, aplica-se ao funcionário aposentado por invalidez”.

Art. 2.º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 22-3-73

2a) Gilberto Carvalho — Presidente

Iris Caldart — Basílio Zarusso — Relatores

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N.º 103-72

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA :

Art. 1.º. Fica declarado de utilidade pública o Diretório Acadêmico Frederico Hermann Júnior, pertencente à Faculdade Estadual de Ciências Econômicas e Contábeis de Londrina, com sede no Município do mesmo nome.

Art. 2.º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 22-3-73

2a) Gilberto Carvalho — Presidente

Iris Caldart — Basílio Zarusso — Relatores

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N.º 105-72

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA :

Art. 1.º. Fica declarado de utilidade pública o Centro Acadêmico XXI de Abril, da Faculdade Estadual de Odontologia de Londrina, com sede no Município do mesmo nome.

Art. 2.º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 22-3-73

2a) Gilberto Carvalho — Presidente

Iris Caldart — Basílio Zarusso — Relatores

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N.º 128-72

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA :

Art. 1.º. Fica declarada de utilidade pública a Sociedade Obras Assistenciais Nossa Senhora de Fátima, do Município de Guaraniáçu.

Art. 2.º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 22-3-73

2a) Gilberto Carvalho — Presidente

Iris Caldart — Basílio Zarusso — Relatores

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N.º 130-72

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA :

Art. 1.º. É concedido o título de Cidadão Honorário do Paraná ao Excelentíssimo Senhor Doutor Roland Zimmermann, Digníssimo Cônsul Geral da República Federal da Alemanha no Paraná.

Art. 2.º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 22-3-73

2a) Gilberto Carvalho — Presidente

Iris Caldart — Basílio Zarusso — Relatores

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N.º 131-72

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA :

Art. 1.º. Fica declarado de utilidade pública o Departamento de Assistência Social e Educacional da Igreja Evangélica Pentecostal de Curitiba, mantido pela referida Igreja que também é conhecida como “O Brasil para Cristo”.

Art. 2.º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 22-3-73

2a) Gilberto Carvalho — Presidente

Iris Caldart — Basílio Zarusso — Relatores

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N.º 137-72

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA :

Art. 1.º. Fica concedido o título de Cidadão Honorário do Paraná, ao empresário Horácio Sabino Coimbra, ex-Presidente do Instituto Brasileiro do Café.

Art. 2.º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 22-3-73

2a) Gilberto Carvalho — Presidente

Iris Caldart — Basílio Zarusso — Relatores

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N.º 152-72

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA :

Art. 1.º. Fica instituído o Dia do Médico, a ser oficialmente comemorado em todo o Estado do Paraná no dia 18 de outubro de cada ano.

Art. 2.º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 22-3-73

2a) Gilberto Carvalho — Presidente

Iris Caldart — Basílio Zarusso — Relatores

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N.º 153-72
A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1.º. Fica concedido o título de Cidadão Benemérito do Paraná, aos Senhores João Pedro Moreira de Carvalho e Ênio Pipino.
Art. 2.º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revoga das as disposições em contrário.
Sala das Comissões, em 22-3-73
aa) **Gilberto Carvalho** — Presidente
Iris Caldart — **Basílio Zanusso** — Relatores

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N.º 164-72
A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1.º. Fica declarada de utilidade pública a União Metropolitana dos Estudantes Secundários de Curitiba — UMESEC, com sede e foro nesta Capital.
Art. 2.º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revoga das as disposições em contrário.
Sala das Comissões, em 22-3-73
aa) **Gilberto Carvalho** — Presidente
Iris Caldart — **Basílio Zanusso** — Relatores

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N.º 167-72
A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1.º. Fica declarada de utilidade pública a Sociedade Educacional Tuiuti com sede e foro nesta Capital, fundada em 24 de outubro de 1966.
Art. 2.º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revoga das as disposições em contrário.
Sala das Comissões, em 22-3-73
aa) **Gilberto Carvalho** — Presidente
Iris Caldart — **Basílio Zanusso** — Relatores

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N.º 197-72
A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1.º. Fica concedido o título de Cidadão Benemérito do Paraná ao General Luiz Carlos Pereira Tourinho.
Art. 2.º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revoga das as disposições em contrário.
Sala das Comissões, em 22-3-73
aa) **Gilberto Carvalho** — Presidente
Iris Caldart — **Basílio Zanusso** — Relatores

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 37-72
A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1.º. Fica aprovada em todos os seus termos o Convênio de Ajuda Financeira celebrado em 25 de março de 1971, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado dos Negócios de Educação e Cultura e a Prefeitura Municipal de Carlópolis, com o objetivo exclusivo de beneficiar o ensino da região, conforme específica.
Art. 2.º. Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
Sala das Comissões, em 22-3-73
aa) **Gilberto Carvalho** — Presidente
Iris Caldart — **Basílio Zanusso** — Relatores

7.a LEGISLATURA — 3.a SESSÃO LEGISLATIVA

ATA DA 1.a REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA

Aos vinte e dois dias do mês de março, do ano de hum mil novecentos e setenta e três, às dezessete horas, após o término da Sessão Plenária, reuniu-se extraordinariamente a Comissão de Constituição e Justiça, de acordo com a convocação feita pelo Senhor Presidente, no dia vinte e um do mês em curso. Presentes os Senhores Deputados Antônio Franco Ferreira da Costa Filho, Presidente, Quiêlse Crisóstomo da Silva, Wilson Fortes, Ivo Thomazoni, Antônio Lopes Júnior, Paulo Camargo, Ovidio Franzoni e Nelson Buffara. O Senhor Presidente, Deputado Antônio Franco Ferreira da Costa Filho, declara abertos os trabalhos, solicitando a leitura do expediente. Nada havendo para constar da Hora do Expediente, passou-se à Ordem do Dia. 1): — **PROPOSIÇÃO N.º 43-73**, de autoria do Poder Executivo. Mensagem n.º 8-72, encaminhando cópia do convênio celebrado em 25.8.72, entre o Governo do Estado, através do Departamento de Estrada de Rodagem, e o Departamento Nacional de Estradas de Rodagem, objetivando pavimentação do trecho de estrada entre Cornélio Procopio e Congoninhas como Específica. Relator Deputado Ovidio Franzoni. Parecer favorável, com respectivo Projeto de Resolução. Aprovado. Foi apresentado, votado e aprovado o relatório aposito à Proposição n.º 49-73, concluindo que o Veto está em condições de ser apreciado pelo Plenário. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou os trabalhos, dos quais, para constar e produzir os efeitos legais, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada na próxima reunião, será assinada pelo Senhor Presidente, Deputado Antônio Franco Ferreira da Costa Filho, e por mim, Rita Celestino Soares, Secretária da Comissão.

(aa) **Deputado Antônio Franco Ferreira da Costa Filho**
Presidente
Rita Celestino Soares — Secretária

COMISSÃO DE REDAÇÃO

7.a LEGISLATURA — 3.a SESSÃO LEGISLATIVA

Ata da 2.a Reunião Ordinária

Aos três dias do mês de abril do ano de hum mil novecentos e setenta e três, na Sala das Comissões, reuniu-se a Comissão de Redação, sob a presidência do deputado Gilberto Carvalho. Havendo número legal o Senhor Presidente declarou aberto os trabalhos, tendo sido lida e aprovada a Ata da reunião anterior, como nada contasse da Hora do Expediente, passou-se à Ordem do Dia, ocasião em que o senhor deputado Basílio Zanusso apresentou redação final aos seguintes processos: **PROJETO DE LEI N.º 135-70** — de autoria do deputado Igo Iwant Losso, que declara de utilidade pública a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Mandaguari. **PROJETO DE LEI N.º 08-72** — de autoria do deputado Ivo Thomazoni que concede pensão men-

sal de Cr\$ 50,00 (cinquenta cruzeiros), à Senhora Octacília de Andrade Belich. **PROJETO DE LEI N.º 41-72** — de autoria do deputado Antônio Lopes Jr. que autoriza o Poder Executivo a denominar Prof. Edgar Távora, a estabelecimento de ensino de segundo grau, sediado nesta Capital. **PROJETO DE LEI N.º 63-72** — de autoria do deputado Nelson Buffara, que autoriza o Poder Executivo através do D.E.R., isentar do pagamento da taxa de utilização do Ferry Boat, que liga os Muns. de Matinhos e Guaratuba, o veículo de professor em estabelecimento público quando em trânsito do ou para o local de trabalho, e dá outras providências. **PROJETO DE LEI N.º 64-72** — de autoria do deputado Quiêlse C. da Silva, que autoriza o Poder Executivo a proceder ao asfaltamento da rodovia que liga a BR-116 à Colônia Faria, Mun. de Colombo e desta à localidade de Guaratuba na BR-476. **PROJETO DE LEI N.º 142-72** — de autoria do deputado Cândido M.M. de Oliveira, que autoriza o Poder Executivo a efetivar os atuais servidores contratados como pesadores, que contem com mais de 5 (cinco) ou mais anos de serviço prestados ao Estado e dá outras providências. **PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 11-73** — de autoria da Comissão de Constituição e Justiça — Mensagem n.º 08-72, encaminhando cópia autêntica do convênio celebrado em 25-8-72, entre o Governo do Estado, através do Departamento de Estradas de Rodagem e o Departamento Nacional de Estradas de Rodagem, objetivando pavimentação do trecho de estrada entre Cornélio Procopio a Congoninhas, como específica. Nada mais havendo a tratar o Senhor Presidente, encerrou os trabalhos, dos quais para constar lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada será assinada pelo Senhor Presidente e por mim Lélío Guimarães Sotto-Maior, Secretário da Comissão, para que produza os efeitos legais.

(aa) **Gilberto Carvalho** — Presidente
Lélío Guimarães Sotto-Maior — Secretário

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N.º 135-70
A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1.º — Fica declarada de utilidade pública a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Mandaguari.
Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
Sala das Comissões, em 3-4-73
(aa) **Gilberto Carvalho** — Presidente
Basílio Zanusso — Relator
Iris Caldart

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N.º 08-72

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a conceder uma pensão mensal de Cr\$ 120,00 (cento e vinte cruzeiros) à Senhora Octacília de Andrade Belich, genitora do ex-deputado Olívio Belich.
Art. 2.º — A despesa com a execução da presente lei correrá à conta da verba própria consignada no Orçamento Geral do Estado.
Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
Sala das Comissões, em 3-4-73
(aa) **Gilberto Carvalho** — Presidente
Basílio Zanusso — Relator
Iris Caldart

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N.º 41-72

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a denominar Professor Edgar Távora a estabelecimento de ensino do segundo grau, sediado na Capital do Estado.
Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
Sala das Comissões, em 3-4-73
(aa) **Gilberto Carvalho** — Presidente
Basílio Zanusso — Relator
Iris Caldart

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N.º 63-72

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a isentar por intermédio do Departamento de Estradas de Rodagem, do pagamento da taxa de utilização do "Ferry Boat", que liga os Municípios de Matinhos e Guaratuba, o veículo cujo proprietário seja professor lotado em estabelecimento de ensino público e quando em trânsito do ou para o local de trabalho.
Art. 2.º — A respectiva Inspeção Regional de Ensino expedirá documento comprobatório da condição de professor, para efeito de gozar do benefício estabelecido nesta Lei.
Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
Sala das Comissões, em 3-4-73
(aa) **Gilberto Carvalho** — Presidente
Basílio Zanusso — Relator
Iris Caldart

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N.º 64-72

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a proceder ao asfaltamento da rodovia que liga a BR-116 à Colônia Faria, Município de Colombo, e esta à localidade de Guaratuba, na BR-476.
Art. 2.º — A despesa decorrente com a execução da presente Lei correrá à conta da verba própria do Orçamento Geral do Estado.
Art. 3.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
Sala das Comissões, em 3-4-73
(aa) **Gilberto Carvalho** — Presidente
Basílio Zanusso — Relator
Iris Caldart

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N.º 142-72

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a efetivar os atuais servidores, contratados como pesadores, que contem com 5 (cinco) ou mais anos de serviço, prestados ao Estado.

Art. 2.º — Os servidores, referidos no artigo anterior, que tenham concluído o curso de Técnico de Contabilidade, serão classificados na série de classes correspondente, do Quadro de Pessoal Civil do Estado.

Art. 3.º — O tempo de serviço de contratado, dos servidores abrangidos por esta Lei, será devidamente contado como de efetivo serviço público estadual.

Art. 4.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 3-4-73.

(aa) Gilberto Carvalho — Presidente

Basílio Zanusso — Relator

Iris Caldart

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 11-73

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1.º — Fica aprovado o convênio celebrado em 25 de agosto de 1972, entre o Governo do Estado, através do Departamento de Estradas de Rodagem e o Departamento Nacional de Estradas de Rodagem, objetivando a pavimentação do trecho de 45,3 km., entre Cornélio Procopio e Congonhinhas, da rodovia PR-12.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 3-4-73

(aa) Gilberto Carvalho — Presidente

Basílio Zanusso — Relator

Iris Caldart